



LAR LUÍS SOARES DE SOUSA

— DESDE 1876 —

Relatório e Contas
Exercício de 2025



Ponta Delgada, 03 de março de 2026

ÍNDICE

Página

Convocatória.....	0
Parecer do Conselho Fiscal.....	1
Introdução	2
Balanço em 31 de dezembro de 2025.....	12
Demonstração de Resultados por Naturezas.....	13

DIREÇÃO

EFFECTIVOS:

PRESIDENTE: **Noé Venceslau Pereira Rodrigues**

V-PRESIDENTE: **Dália Alves dos Santos**

SECRETÁRIO: **Paulo Renato Pacheco**

TESOUREIRO: **Rui Francisco Soares**

SUPLENTE:

1.º SUPLENTE: **António Jorge Silva**

2.º SUPLETE: **Evangelina Pimentel**

3.º SUPLENTE: **Filomena Azevedo**



LAR LUÍS SOARES DE SOUSA

Lar Luís Soares de Sousa

Rua Luís Soares de Sousa, nº 66/70

Código-Postal: 9500-217 Ponta Delgada

Telefone: 296 287250 E-mail:

secretariado@larluissouresdesousa.pt

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 23º e com os poderes que me são conferidos pelo artigo 27º dos estatutos do Lar Luís Soares de Sousa, convoco todos os seus associados para a reunião da Assembleia Geral, que terá lugar no próximo dia 03 de março, pelas 16:30 horas, no salão nobre da sua sede social sito à Rua Luís Soares de Sousa, nºs 66/70, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º Apresentação e votação do Relatório e Contas relativo ao exercício social do ano de 2025;

2º Análise, discussão e votação sobre alienação de património imóvel e nomeação de representantes para, em nome e representação do Lar Luís Soares de Sousa outorgarem, as escrituras em causa;

3º Outros assuntos com interesse para a Instituição;

Se à hora marcada para a reunião da Assembleia Geral não se encontrarem presentes mais de metade dos associados, a mesma realizar-se-á, em segunda convocatória, 30 minutos depois, com qualquer número de associados presentes, nos termos do artigo 24º nº 1 dos estatutos.

Ponta Delgada, 16 de fevereiro de 2026

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(José Artur Jácome Corrêa)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Associados;

Em obediência ao disposto na alínea c) do Artigo 43º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal do Lar Luís Soares de Sousa de Ponta Delgada apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e conceder o seu parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Assim, procedeu-se:

- a) À verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos do Lar;
- b) Com a periodicidade achada conveniente, os livros de escrituração e a documentação foram devidamente analisados;
- c) No encerramento do exercício, procedeu-se à necessária análise das contas apresentadas.

PARECER

Que a Assembleia Geral aprove:

- a) As contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- b) Um voto de confiança aos membros da Direção, bem como aos demais colaboradores do Lar, pela competência e empenhamento com que exerceram as suas funções.

O CONSELHO FISCAL

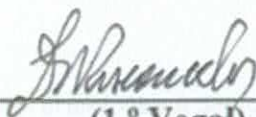
02 de Março de 2026

Dr. ° Duarte Félix Tavares Giesta



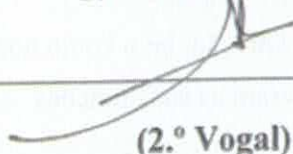
(Presidente)

Dr. ° Luís Dâmaso Vasconcelos



(1.º Vogal)

Sr. ° Alcides Couto



(2.º Vogal)

INTRODUÇÃO

EM 2025 o Lar Luís Soares de Sousa manteve a dinâmica de procura incessante da melhoria global da sua atividade, enfrentando o desafio de se reorganizar e de adequar os seus recursos materiais, financeiros e humanos à qualidade dos serviços prestados.

A capacidade de reorganizar os serviços na busca de melhorar desempenhos é a garantia de que sempre nos sentiremos insatisfeitos com os resultados. E porque sempre queremos mais compromisso e responsabilidade de todos, tentamos envolver todos nas decisões que só com todos podem ser concretizadas.

A nomeação de Encarregadas Gerais, com funções de supervisão e coordenação das tarefas que satisfazem os Planos Individuais dos Cuidados a prestar a cada utente, tem-se revelado como uma boa solução organizacional, que promove maior planificação do trabalho e um claro reforço do compromisso com missão do Lar Luís Soares de Sousa. Por outro lado, a criação de quadros de hierarquia e o seu envolvimento nas responsabilidades e qualidade do serviço que prestamos, assegura uma melhor informação para a tomada de decisões e, simultaneamente, uma maior eficácia no cumprimento das deliberações tomadas.

No início de cada ano somos obrigados a rever as remunerações, em consequência do crescimento do ordenado mínimo.

O crescimento anual do ordenado mínimo impõe-se com toda a naturalidade, apesar de continuar insuficiente para fazer face aos custos da vida real. Mas o seu impacto nesta Instituição, como noutras, só se revela por não haver, em simultâneo, a atempada atualização dos contratos celebrados com a Segurança Social, levando à acumulação de passivos que se manifestam de forma mais evidente no final de cada ano, com as dificuldades (publicamente denunciadas) de tesouraria de muitas IPSS.

No nosso caso, as dificuldades de tesouraria encontram-se esbatidas por termos logrado diversificar, ao longo dos anos, as nossas fontes de financiamento, o que também nos permite adotar uma política salarial de valorização do trabalho de apoio aos idosos.

Fazemo-lo através dos horários de trabalho que permitem acrescentar valor com o subsídio de turno e pela distribuição de bónus sempre que os resultados do exercício o permitem.

Entendemos que a qualidade das respostas que damos aos nossos idosos passa muito pela qualificação dos nossos trabalhadores e pelo reconhecimento do seu valor. É por isso que temos

crescente convicção do compromisso e cumplicidade de todos os trabalhadores com a missão e objetivos desta Instituição.

No exercício social de que agora fazemos balanço, salvo algumas situações de maior dificuldade, sentimos que as relações entre todos os serviços e seus profissionais melhoraram, como também melhorou o profissionalismo no desempenho de cada trabalhador na execução das suas funções e também a imagem perante os familiares e amigos dos utentes.

O apoio aos idosos foi prestado com respeito e humanidade, com bom profissionalismo de todos os trabalhadores e colaboradores, como aliás se lhes exige.

No decorrer de 2025 também não ocorreram situações entre trabalhadores que se enquadrassem no regulamento interno contra o assédio no trabalho, exigência que se estende aos idosos, que igualmente devem respeitar todos os trabalhadores independentemente das suas funções ou posição hierárquica, cabendo às Encarregadas Gerais a responsabilidades de intervirem sempre que alguma circunstância o exija.

Apesar das constantes admissões de trabalhadores para apoio aos idosos, notou-se, no decorrer do exercício e face ao organograma aprovado, que a integração de novos trabalhadores é assegurada com maior supervisão ou acompanhamento, o que contribui para que mais rapidamente conheçam as exigências da execução das suas tarefas. A liderança e capacidade de planeamento diário do trabalho são aspetos muito relevantes no bom funcionamento e na qualidade do serviço prestado, pelo que se regista, positivamente, a validade das alterações introduzidas na orgânica.

No ano de 2025, o Lar Luís Soares de Sousa continuou a afirmar-se socialmente como instituição incontornável na sua capacidade de responder aos desafios que assume, como o que se refere ao destino que foi dado ao edifício do Solar da Glória, no Livramento, para criar um novo polo de acolhimento de idosos em Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI).

O Lar Luís Soares de Sousa, porém, não aceita assumir compromissos sem que os mesmos estejam totalmente claros e que haja plena garantia de manter a sua autonomia, bem como o seu equilíbrio financeiro e a sua saúde económica.

O Contrato de Cooperação Valor Investimento, assinado em 19 de setembro entre a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social e o Lar Luís Soares de Sousa, destinado ao financiamento da execução da obra de requalificação do Solar da Glória para ERPI, incluindo todas as despesas inerentes à preparação, acompanhamento técnico e execução da empreitada, bem como às

despesas de aquisição do equipamento necessário ao respetivo funcionamento está a ser desenvolvido já no decurso de 2026, impondo-se como condição o cumprimento rigoroso do que se encontra acordado.

Há objetiva necessidade de mais camas em ERPI, como se prova com a lista de espera existente para esta resposta social, o que vai continuar a acontecer, apesar da existência do programa dos Novos Idosos (PNI) que, também ele, terá de ser profundamente revisto.

O custo por idoso, em Lar, terá de ser revisto pelo Governo, ajustando-o às crescentes despesas de funcionamento das estruturas residenciais, despesas que se agravam com as atuais características com que os idosos são admitidos, apresentando maior dependência e desorientação, exigindo mais disponibilidades de recursos humanos para os cuidados individuais e mais recursos materiais.

Com a certeza de que o ajustamento da comparticipação pública por utente não acompanha o custo real da sua institucionalização, a abertura da nova estrutura de ERPI no Solar da Glória no Livramento representava um risco enorme. Por isso, junto da Direção Regional da Solidariedade Social, procedemos à demonstração de que tal estrutura, concebida para 20 camas em regime exclusivamente protocolado, não tinha sustentabilidade pelo que não podíamos assumir tal encargo.

Concordando que a exploração do ERPI do Solar da Glória não era sustentável, foi estabelecido acordo para que, no contrato do nosso atual ERPI fossem libertadas 4 camas para exploração privada a partir de 2026, passando de 38 para 34 as camas protocoladas, mantendo-se uma gestão prudente, com controlo financeiro permanente e com especial atenção à contratação de camas em regime privado.

A perspetiva de que iríamos crescer em 30% nos serviços prestados em ERPI no decorrer de 2025 não se concretizou por motivos que nos foram alheios e que se relacionam com os atrasos no processo de abertura do Solar da Glória.

A exploração das Residências Assistidas (RA) tem permitido um permanente equilíbrio da tesouraria, a que juntamos o maior controlo de exploração da cozinha e dos serviços em geral.

O equilíbrio mantido permitiu-nos cumprir com os investimentos previstos realizar em 2025, nomeadamente na melhoria do nosso património imóvel urbano, estando praticamente concluída a recuperação de uma casa e iniciada a recuperação de outra, sendo propósito destiná-las ao fim social que os seus doadores pretenderam.

No serviço prestado aos idosos, tivemos capacidade de o melhorar, dando mais atenção aos planos de cuidados individualizados, constantemente ajustados às necessidades reais de cada idoso.

O Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), verificou alguma instabilidade no decorrer de 2025, em razão das dificuldades de recrutamento de trabalhadores para o quadro de pessoal e também da ausência de um acompanhamento mais próximo e regular que permitisse agir com maior oportunidade.

A criação do centro de dia e do crescimento da capacidade do ERPI para descanso de cuidadores, através de obras na casa a poente do Lar, não logrou avanços significativos. O projeto encontra-se submetido, tendo-se observado as recomendações que nos foram suscitadas, mas, apesar do compromisso de o financiar com o orçamento da Região (e já não com fundos comunitários) ainda não recebemos luz verde, apesar da crescente “fila de espera” para acolhimento em ERPI.

Na que é a nossa estrutura de acolhimento de idosos temos cumprido a nossa missão, sempre orientada para o apoio à pessoa idosa, no respeito pela sua identidade e cidadania, de forma adequada às necessidades de cada um, com profissionalismo, responsabilidade, eficiência e humanidade.

No PNI a que nos vinculamos desde o início, não tem sido fácil cumprir os objetivos. À abertura de novo concurso para mais 90 idosos do concelho de Ponta Delgada, respondemos com a constituição de mais três equipas técnicas, mas tem sido muito difícil contratar trabalhadores de apoio domiciliário com as condições determinadas pelo programa.

Tivemos a oportunidade de sensibilizar os responsáveis políticos para o facto de ficarmos com 140 idosos apoiados no PNI e que tal imporia a necessidade de criação de camas para descanso dos cuidadores que têm direito a períodos de recuperação física e mental dos cuidados prestados aos idosos do programa, reforçando a proposta de obras para crescimento do atual ERPI.

Analisando as principais rubricas das contas que ora se apresentam, podemos afirmar que as despesas são, na sua generalidade, totalmente justificadas e imprescindíveis.

A massa salarial tem aumentado com as atualizações verificadas no início de cada ano, como ocorreu no início de 2025 com o aumento generalizado de 5% para todos os trabalhadores.

Entendemos que o objetivo de valorizar e reconhecer o trabalho que concretiza o serviço de apoio aos nossos idosos deve ser socialmente reconhecido e, sempre que possível, melhor remunerado, como temos feito ao longo dos últimos anos.

Apesar da folha salarial ser a mais significativa das despesas, o certo é que todos os custos sobem anualmente. Os produtos da lavandaria, de higiene dos utentes e dos espaços cresceram de forma significativa.

As despesas com alimentação também cresceram mas, numa consulta a operadores privados para a exploração da nossa cozinha, concluímos que o nosso objetivo nesta matéria é o de continuarmos a exploração direta da mesma, com a preocupação de manter qualidade e variedade das refeições, com riqueza nutricional e adequação às necessidades de cada idoso.

Quanto aos custos com energia, água e combustíveis, não temos qualquer margem de manobra. A imposição destes custos incontornáveis só nos permite continuar a convocar a atenção dos decisores governamentais para mitigar os seus efeitos nas Instituições como a nossa, como acontece em outras áreas da atividade económica.

De facto, se é necessário rever o sistema público de financiamento às IPSS, os custos com energia e água são daqueles que requerem atenção, porque é com energia e água que se criam condições para a boa higiene diária e para a confeção de refeições.

Na última teleconferência de IPSS, realizada a propósito do PNI, foi referido por um dos responsáveis de IPSS que o custo real por utente idoso ultrapassava os 2.000,00€ mensais, o que significa que, por cada idoso institucionalizado, estamos a perder cerca de 500,00€ mensais.

REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços têm sido permanentemente avaliados sendo reorganizados para melhor responderem às necessidades e dinâmicas de cada momento.

A aprovação de um novo organograma, que criou a figura de Encarregada Geral, que foram escolhidas e integram o grupo de acompanhamento técnico do Lar Luís Soares de Sousa, permite acompanhar e monitorizar permanentemente todos os serviços, identificando e partilhando vícios e erros que se eliminam ou corrigem atempadamente.

Por outro lado, a planificação e organização, das tarefas diárias, em benefício dos idosos, passou a ter uma maior fluidez e eficácia, mas, apesar das melhorias, continuaremos a descortinar novas formas de aprofundar a proximidade dos trabalhadores aos idosos, num mútuo enquadramento de respeito, que se deve estender às famílias.

Na abordagem dos idosos pelos trabalhadores continuaremos a pugnar pelos princípios de urbanidade, exigindo reciprocidade em nome do respeito e das exigências básicas da vida em comunidade.

Valorização profissional.

A valorização profissional em 2025 continuou a ser uma das nossas orientações estratégicas fundamentais, porque é pela valorização de quem trabalha que podemos ser mais exigentes e atingirmos níveis de excelência na instituição.

Por isso, em 2025 procuramos proporcionar o máximo de ações de formação profissional ao máximo de trabalhadores, prosseguindo, complementarmente, a formação já iniciada em 2024 às responsáveis de turno, e a outras trabalhadoras com responsabilidades, em matéria de liderança de equipas, de comunicação assertiva e de organização.

Por outro lado, em contexto de trabalho, recebemos estagiários de cursos profissionais ou superiores, dando e recebendo formação, o que melhora a nossa capacidade na área de prestação dos nossos serviços.

Em termos remuneratórios cumprimos o consagrado no contrato coletivo de trabalho que se aplica às IPSS, mas temos melhorado a retribuição aos trabalhadores com a adoção de horários de trabalho que permitem pagar subsídio de turno, dentro dos limites legais. Mesmo assim, continuaremos a tentar melhorar a situação dos nossos trabalhadores, partilhando com eles resultados do exercício, sempre que os haja, na proporção do trabalho que efetivamente prestam, mas também da avaliação dos seus desempenhos.

O impacto da necessária subida do ordenado mínimo na massa salarial determina a necessidade de estabelecer novos equilíbrios entre as várias carreiras profissionais, pelo que procedemos sempre a um ajusto salarial entre todos os vencimentos, mantendo a coerência hierárquica e de responsabilidades.

Frota automóvel.

Em 2025 não se operaram alterações na frota automóvel do Lar Luís Soares de Sousa, que responde com eficácia às necessidades do SAD e do PNI, não se registando alterações substanciais de custos, que se resumem a consumos e a manutenções.

Património imóvel.

Em 2025 continuamos a concretizar o plano estratégico que foi definido e aprovado em Assembleia Geral para valorizar o património, alienando património rústico e recuperando bens imóveis urbanos.

Recuperamos mais uma habitação e iniciamos obras noutra, ambas destinadas ao arrendamento solidário para os nossos trabalhadores que comprovadamente necessitem de habitação condigna, conforme foi aprovado e consta de regulamento aprovado e divulgado pela Direção.

No decorrer do ano em análise foram igualmente iniciados ou elaborados projetos de intervenção em imóveis urbanos, uns já submetidos à autoridade camarária e outros já orçamentados, preparatórios da continuidade do plano aprovado, no âmbito do qual continuamos a diligenciar a aprovação pela Câmara Municipal do projeto para a construção de vários apartamentos na rua Padre Serrão; aguardamos orçamento para um outro imóvel igualmente na rua Padre Serrão; entregamos projeto para a criação de dois apartamentos na rua d'Água; iniciamos a recuperação de outro imóvel rua do Conde.

No final de 2025, conseguimos ver aprovada uma candidatura ao programa SOLENERGE, destinada à colocação de painéis solares no lar, com fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e estamos a aguardar, por parte da firma instaladora, a respetiva execução, no montante de investimento elegível global de 59.418,81€ e com o objetivo de reduzir a fatura de energia.

Relativamente ao imóvel aqui do lado, a candidatura para a criação de um centro de dia e para a criação de uma estrutura para receber vinte e dois idosos em descanso do cuidador já se encontra aprovada, e estamos só a aguardar a comunicação formal do apoio financeiro, não havendo, infelizmente, grandes expetativas.

Avaliação dos serviços.

No que diz respeito aos serviços administrativos, em 2025 mantivemos o quadro de pessoal porque não se iniciaram as atividades relativas ao funcionamento do ERPI no Livramento. Apenas foi recrutado uma colaboradora para podermos responder às solicitações e manter um controlo efetivo do projeto e do controlo administrativo da execução das obras de tal ERPI, garantindo clareza total na gestão da informação e transparência dos procedimentos.

Com a tendência a que assistimos de um constante aumento da idade média dos nossos idosos, bem como do agravamento generalizado do estado de dependência e de orientação dos idosos, o volume de trabalho aumenta. Assim sendo, o rácio de trabalhadores por idoso sofreu alterações,

pela consequente necessidade de aumentar o quadro de trabalhadores de apoio ao idoso, com as tarefas relativas às necessidades de cada pessoa idosa a serem mais demoradas em razão do grau de dependência existente, pelo que o quadro de pessoal terá de ser oportunamente adequado.

Também teremos de iniciar o processo de criação de um núcleo de trabalhadores, preparado para prestar trabalho no novo ERPI logo que terminadas as obras.

Também as estratégias de animação dos idosos residentes verificaram dificuldades. Com o grau de dependência a acentuar-se, o desenvolvimento de atividades de animação que promovam melhorias psicomotoras nos idosos tornam-se difíceis e reduzem-se.

O desafio de promovermos um envelhecimento mais ativo dos nossos utentes, com os nossos próprios meios ou estabelecendo parcerias com outrem que, de forma especializada, nos possa ajudar com melhores técnicas de animação, foi procurado, mas terá de ser enfrentado melhor e com novas abordagens.

Realizamos vários eventos para mobilizarmos os idosos residentes, com todos os trabalhadores a revelarem grande compromisso, privilegiando a interação com os idosos e seus familiares a quem convidamos para acompanhar os seus idosos nas ações de animação ou diversão.

Crescimento das respostas sociais.

Apesar da iniciativa de apoiar os idosos mantendo-os em sua própria casa, como protagoniza o PNI, acentua-se a necessidade de reforçar a resposta social em ERPI.

O Lar Luís Soares de Sousa, cooperando com a GRA, recebeu a candidatura para mais 90 idosos no PNI, contratou mais Técnicos Superiores para análise das candidaturas e verificação dos requisitos dos cuidadores domiciliários, bem como para a elaboração dos Planos Individuais de Cuidados (PIC) e elaboração de relatórios, nomeadamente relativos ao acompanhamento do programa.

Como é óbvio, o aumento do número de idosos no programa cria uma nova circunstância para a qual deveremos sensibilizar os responsáveis políticos, como é o caso de acautelar os períodos de descanso dos cuidadores domiciliários, com o alojamento temporário dos idosos sempre que necessário.

Em 2025 insistimos na necessidade de ser financiada a obra de aumento para poente do nosso edifício sede, onde se prevê a criação de um centro de dia e de 22 camas para descanso de cuidadores, pois há necessidade de acolher idosos residentes com familiares, em articulação com as atividades profissionais destes. Por outro lado, apesar do PNI, a lista de espera para ERPI

continua a crescer, em razão da evolução demográfica e dos novos estilos de vida familiar, pelo que a criação de mais 22 camas é um desígnio de qua não abdicamos.

EM CONCLUSÃO.

O ano de 2025 foi pautado pelo cumprimento da generalidade dos objetivos concretizáveis do plano de atividades antes aprovado, em tudo que dependia da nossa capacidade de trabalho e dos nossos recursos.

As dúvidas e incertezas relacionadas com a revisão do financiamento público em 2025 concretizaram-se. Muitas IPSS registaram dificuldades de tesouraria no final do ano, às quais manifestamos a nossa solidariedade. No nosso caso, conseguimos manter a nossa autonomia financeira e de tesouraria, em consequência do investimento e diligências oportunamente feitas para a exploração de camas em regime privado e da respetiva gestão.

As receitas, em particular provenientes do financiamento da Segurança Social, tem de ser revistas com urgência, adotando um modelo de maior compromisso, quer do Estado quer das famílias e do património dos beneficiários.

A abertura do novo núcleo de ERPI para 20 idosos bem como a instabilidade que pode advir dos conflitos que devastam o nosso mundo podem impactar negativamente na nossa Instituição.

A prudência que tivemos em 2025 terá de se manter, com expressão redobrada, controlando custos dia a dia, para conter eventuais alterações inflacionárias, em particular nos consumos obrigatórios que não sofrem concorrência.

Temos conseguido ultrapassar todas as dificuldades e pensamos que no ano que há pouco iniciamos continuaremos a preservar o BOM NOME e o BOM SERVIÇO desta secular Instituição e a merecer o apoio generoso de todos os que aqui trabalham continuando a missão de apoio aos nossos idosos.

Contas do Exercício do ano 2025

Balanco

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente		4 657 959,05	4 672 671,89
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 657 959,05	4 672 671,89
Activo corrente		6 791,32	5 100,53
Inventários		40 808,29	43 289,57
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		6 030,75	80 621,00
Outros ativos correntes		496 748,29	449 619,79
Caixa e depósitos bancários		550 378,65	578 630,89
		5 208 337,70	5 251 302,78
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		1 975 547,77	1 975 547,77
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		-374 615,94	-454 242,07
Resultados transitados		975 658,58	975 658,58
Excedentes de revalorização		2 292 330,40	2 384 379,94
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		4 868 920,81	4 881 344,22
		47 155,28	79 626,13
Resultado líquido do período		4 916 076,09	4 960 970,35
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente		179 378,95	165 439,62
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		179 378,95	165 439,62
Passivo corrente		48 024,07	46 506,81
Fornecedores		28 336,23	26 105,52
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		36 522,36	52 280,48
Outros passivos correntes		112 882,66	124 892,81
		292 261,61	290 332,43
Total do passivo		5 208 337,70	5 251 302,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

Demonstrações de Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		1.055.530,11	960.031,99
Subsídios, doações e legados à exploração		994.455,29	799.520,57
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		187.734,72	153.026,78
Fornecimentos e serviços externos		347.583,22	308.173,84
Gastos com o pessoal		1.442.173,43	1.351.927,07
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		190.900,98	339.512,48
Outros gastos		7.381,35	10.421,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		256.013,66	275.515,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		208.986,18	196.067,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47.027,48	79.448,25
Juros e rendimentos similares obtidos		127,80	177,88
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		47.155,28	79.626,13
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		47.155,28	79.626,13

ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS O BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram vistas e aprovadas pelo Conselho Fiscal em 02 de março de 2026.

AGRADECIMENTOS

A direção agradece aos trabalhadores do Lar Luís Soares de Sousa, às chefias e a todas as demais responsáveis, pelo bom e responsável profissionalismo que colocaram no trabalho que executaram. Igualmente deixa o registo de gratidão aos idosos que compreenderam e aceitaram cumprir os regulamentos da Instituição, documentos que lhes são explicados e entregues na sua admissão, bem como aos seus familiares ou pessoas de referência. A cooperação dos utentes e suas famílias ou pessoas de referência, com os trabalhadores da nossa Instituição e respetivos dirigentes, é fundamental para a qualidade dos nossos serviços.

Por último, o nosso apreço pelo apoio que os sócios do Lar Luís Soares de Sousa nos têm dispensado em todos os momentos e, de forma muito especial, aos responsáveis da Segurança Social e da Direção Regional de Solidariedade Social, pela proximidade e confiança com que nos distinguiram.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A direção do Lar Luís Soares de Sousa propõe à Assembleia Geral que o saldo positivo demonstrado no relatório e contas do exercício social de 2024 ora aprovado, seja levado a "Resultados transitados".

A Direção:



Rui Francisco Soares

D. Ricardo Carlos Alves de Sousa

Filomena Patrício Almeida



Cristina Almeida

Ponta Delgada, 03 de março de 2026